

PODER, VIGILÂNCIA E CIBERESPAÇO

Valéria Marcondes*

O sentido do poder em Foucault encontra-se ligado à materialidade, à presença física do dominador. Para o autor, não existe nada mais material, físico e corporal do que o exercício do poder. Ele se estrutura por meio de relações de força porém, não está somente ligado à repressão, ao viés negativo, à sua força destrutiva. Ao contrário, ele organiza, disciplina, orienta, produz e difunde conhecimento, o saber: o que faz com que ele se mantenha e seja aceito pelos homens. O poder é uma espécie de troca imposta. O que lhe interessa não é restringir aos homens a sociabilidade, o exercício de cidadania e atividades pessoais, mas administrar suas vidas, controlá-los para melhor aproveitar sua força de trabalho e diminuir a capacidade de revolta e resistência. O poder disciplinar é produtor de individualidade. Ele quer tornar o homem um corpo dócil, livre de questionamentos e, principalmente, produtivo. O ideal deste modelo de poder são as sociedades disciplinares, situadas nos séculos XVIII e XIX, cujo ápice se dá no início do século XX.

Não há um único poder, ou “o” poder, e sim relações de poder, que atingem o indivíduo nos seus gestos, atitudes, hábitos, comportamentos, discursos, penetrando no cotidiano do corpo social. Ele só existe em ação: é uma sucessão de práticas. Não emana, tampouco se localiza em algum lugar (Foucault, 1988, p. 248). Suas relações estão, talvez, entre as coisas mais escondidas no corpo social (Foucault, 1988, p. 237).

A partir dos séculos XVII e XVIII ocorreu um “desbloqueio tecnológico” da produtividade do poder. Instaurou-se uma nova “economia” do poder. Suas técnicas foram inventadas para responder às exigências da produção (Foucault, 1988, p. 223). Assim como os *media*, são comandados pelo jogo econômico-político, o jornalismo do século XIX consegue traduzir o caráter utópico da política do olhar (Foucault, 1988, p. 224).

Os reformadores do século XVIII deram à opinião uma autoridade considerável, ao acreditar que as pessoas tornar-se-iam virtuosas simplesmente pelo fato de serem olhadas. Ignoraram os componentes materiais e econômicos da opinião.

“Eles desconheciam as condições reais da opinião, as *media*, uma materialidade que obedece aos mecanismos da economia e do poder em forma de imprensa, edição, depois cinema e televisão” (Foucault, 1988, p. 224).

O que o autor chama de “economicismo” na teoria do poder, é a amálgama entre a concepção jurídica ou liberal do poder político (dos filósofos do século XVIII) e a concepção marxista, ou chamada marxista. No primeiro caso, o poder é algo “concreto que cada indivíduo detém e que cederia, total ou parcialmente, para constituir um poder político, uma soberania política”. Já a concepção marxista trata da sua funcionalidade econômica: seria seu papel manter as relações de produção e reproduzir uma dominação de classe (Foucault, 1988, p. 174).

A análise não econômica afirma que o poder “não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação”. Ele não é manutenção ou reprodução das relações econômicas, e sim, a própria relação de força: “se exercer(á) pelo simples fato de que as coisas serão sabidas e de que as pessoas serão vistas por um tipo de olhar imediato, coletivo e anônimo.” É assim que cada indivíduo se autovigia: por sentir este olhar oculto (Foucault, 1988, p. 216-218).

Os questionamentos do pensador refletem-se em perguntas, quanto aos dispositivos de poder que se exercem em níveis, domínios e extensões tão variados na sociedade, e também quanto ao seu funcionamento e direção.

Foucault já sabia que a sociedade da disciplina, cujo princípio é o confinamento e na qual o poder era exercido pela repressão “consentida”, seria ultrapassada com o avanço tecnológico¹, assim como ocorreu na passagem da sociedade de soberania para a disciplinar. Após o fim da segunda grande guerra, aquela disciplina é mesmo atualizada e absorvida pelo desenvolvimento das técnicas, dando lugar a novas formas de poder. Também o pensamento foucaultiano funda as idéias de Deleuze quanto à sociedade do controle. Nesta, o princípio está nas senhas individuais que permitem, ou não, o acesso à informação: “É o

dinheiro que talvez melhor exprima a distinção entre as duas sociedades, visto que a disciplina sempre se referiu a moedas cunhadas em ouro – que serviam de medida de padrão – ao passo que o controle remete a trocas flutuantes, modulações [...], à rivalidade incessante, tanto que a fábrica da sociedade disciplinar aglutinava os indivíduos em um único corpo, já a empresas contrapõem os indivíduos entre si, ao passo que os divide em si mesmos: “Não se está mais diante do par massa-indivíduo [estes] tornam-se ‘dividuais’, divisíveis, e as massas tornam-se amostras, dados, mercados ou ‘bancos’” (Deleuze, 1992, 221-222).

Neste sentido, o trabalho de Willian Bogard explora a percepção do controle das tecnologias do início do século XXI. O autor elabora críticas sobre um cenário, onde o controle rompe liberdades e impõe limites, um imaginário de percepções não mediadas, cujos efeitos marcham em direção à suposta conversão de objetos, eventos e pessoas em informação. Bogard constrói uma “*social science fiction*” para explicar como a revolução, na simulação tecnológica, reconfigura e intensifica o papel da vigilância na guerra, no trabalho, na sexualidade e na vida privada. A simulação está começando a ser usada como um recurso de vigilância das autoridades, capacitando formas de controle mais eficientes. Aperte um botão, insira um código, e vá a qualquer lugar, seja qualquer um ou qualquer coisa:

Where surveillance cannot capture an events, its simulation can, and offer this (delusion of) power to anyone (just call it up onscreen); where surveillance cannot make a body conform, the code can, and make it fun (a completely editable body, just choose from the list options) (Bogard, 1996, p. 182).

É esta uma excelente citação de abertura para falarmos de Bogard. Dentro da classificação dos pensadores das tecnologias e do ciberespaço, ele enquadra-se no campo dos tecnóforos: aqueles que vêem na tecnologia a degeneração humana, uma armadilha para a humanidade e para a cultura.

Baseado em Foucault, Bogard analisa a sociedade de controle, a crescente vigilância individual e conseqüente ausência de privacidade. Para ele, o que marca a emergência da sociedade de vigilância são, justamente, as tecnologias digitais.

Bogard analisa algumas relações entre a vigilância e as técnicas de simulação e suas conse-

quências, no fluxo do controle nas sociedades telemáticas. Entende que nada escapa à vigilância, uma vez que tudo é simulação. É o que ele chama de “*social science fiction*”. A vigilância já é uma tecnologia social do poder. “To understand the *simulation* of surveillance is to understand the fictive and unbounded possibilities of discipline within a telematic society” (Bogard, 1996, p. 9).



A simulação é a tecnologia que reproduz o real, que se encontra em crise e ameaça desaparecer (Foucault, da mesma forma, via a crise pela qual passava a disciplina). Ela não está meramente ligada à ilusão, assim como também a simulação da vigilância não é uma ilusão. Vai além disso. Funciona, tal qual o panóptico da sociedade disciplinar, como uma autovigilância autodisciplinar. É a mais alta realidade, mais real do que o real (Bogard, 1996, p. 20).

Sobre o controle da vida, Bogard lembra novamente Foucault e suas formas de *bio-power*: a vigilância é a primeira estratégia. Ela gera a disciplina do corpo, organiza as ações, controla a produção e até mesmo a reprodução humana (Bogard, 1996, p. 41).

A vigilância não é mera observação, mas interferência: nas quebras e nos fluxos do “organismo” observado. A simulação da vigilância é, no limite, a repetição avançada ou adiantada do registro; é pura repetição (Bogard, 1996, p. 44); e com o “apagamento” das distâncias, ela dilata-se.

[...] increasingly, we need to view social control less as a functions of supervision and monitoring (though these forms still coexist alongside the newer methods), and more as a paradoxical inflation of these process, which without negating them both surpasses and completes them. The ‘news’ surveillance, that is, is a higher and pure form of supervision (Bogard, 1996, p. 77).

Com a hipervigilância, o espaço e tempo do trabalho são liberados, somente em virtude de sua capacidade de monitorar tarefas instantânea e continuamente, em infinitas distâncias. É uma contínua invasão de privacidade, tanto em casa quanto no trabalho. Nada do que você faça estando *online* passa despercebido pela sociedade ou instituições de controle. É o poder se exercendo sobre o indivíduo a todo instante.

Nada do que você faça estando online passa despercebido pela sociedade ou instituições de controle. É o poder se exercendo sobre o indivíduo a todo instante

Privacidade, na era moderna, para Bogard, está no direito a uma personalidade inviolável, que se torna pública quando o limite entre observador e observado é rompido pelas tecnologias de vigilância. Já na era da revolução tecnocomunicacional e do hipercontrole social, privacidade refere-se ao direito de controle e acesso à informação (tal qual na sociedade de controle teorizada por Deluze). Na contemporânea lei de privacidade, acesso também a pessoas, suas vidas privadas, seus segredos e aos códigos (senhas) que governam suas interpretações. Bogard reconhece a grande exposição, da qual somos vítimas e/ou executores, especificamente, nos momentos em que estamos *on*:

What is privacy in an imaginary realm where every communication is preceded by its password or cipher, where visibility and secrecy coincide, where everyone is a surveiller and everyone is plugged in, where everybody is a cyborg, where messages arrive before they are sent (and thus are always repetitive and immediately boring)? The answer is not that privacy in that realm no longer exists, but that it is rather an overbearing, excessive, omnipresent, overcoded reality. In the telematic imaginary, total privacy is fully consistent with total publicity (Bogard, 1996, p. 126).

O sociólogo ressalta a questão atual do privado: “What is private when the most intimate and revealing biological information is translatable according to the conventions of some universal code and available to all with access to that code?” (Bogard, 1996, p. 129).

Aqui, Bogard, tal qual Shapiro, como veremos à frente, refere-se a inúmeras informações particulares, disponíveis àqueles cujos recursos permitem o acesso: boletins médicos do indivíduo, mapeamento genético, para verificar predisposição a doenças, por exemplo, registro de transações financeiras e históricos de créditos, sem falar, é claro, da transparência do cotidiano, como locais frequentados, esporte e entretenimento de maior interesse, produtos adquiridos, enfim, gostos e preferências pessoais.

Como vimos, o teórico aproxima-se muito das concepções foucaultinas. Ambos discutem a vigilância e a privacidade, seguindo os mesmos moldes: primeiro, vendo nas tecnologias o fundamento destas práticas; depois reconhecendo que a vigilância não é somente observação; ela também influencia o corpo observado, modificando seus fluxos e conduzindo muitas de suas ações.

A questão do poder em Bogard, é vista como intrínseca à hipervigilância social (coletiva) e individual. Assim como em Foucault, para ele a vigilância é instrumento do poder. Bogard entende que simulação e vigilância são formas de controle utilizadas por autoridades (governos) e principalmente pelo diversificado mercado capitalista.

À luz destas compreensões, Diana Saco e Shapiro nos dão uma visão menos tecnófoba sobre os mesmos pontos: poder, vigilância e privacidade. Ressaltamos, porém, que Saco não é propriamente uma tecnófila. Os utopistas, seguidores desta linha, crêem que a tecnológica revoluciona positivamente a sociedade e pode resolver seus problemas. É um pensamento tecnicista, um determinismo ou fetichismo tecnológico que nos parece insuficiente e restrito. Saco não segue este raciocínio, mas, ao mesmo tempo, distancia-se da visão tecnófoba dos neo-ludditas, como William Bogard e, antes, Foucault, cujo discurso centra-se nos problemas descendentes das modernas tecnologias. Para os tecnorealistas, como parece ser o caso dela, esse é outro julgamento ingênuo e radical. A técnica é tudo, menos neutra! Os benefícios e prejuízo da tecnologia são revelados com ela, e não apenas veiculados por ela. Além disto, o elemento tecnológico necessita do conhecimento humano, incluindo uma dimensão simbólica. A

técnica é algo humano. A essência do homem é técnica. Ambos estão imbricados. O humano envolve subjetividade, fantasia, o não racional, enfim, um pensamento tecnológico, um imaginário tecnológico.

Saco concorda com Foucault em pontos como a visibilidade do corpo, por exemplo, e diverge no que tange à prática e às características do discurso. Foucault acredita que palavras, linguagens e idéias são sinônimas ao discurso, por contraste, coisas, práticas, o físico, o material, o não lingüístico são instâncias do não discurso. Aqui, segundo Diana Saco, Foucault entende que o discurso envolve um processo de negação:

Hence, it is wrong to argue that discourse is everywhere for Foucault because, according to the theoretical framework he advanced, any one discourse always depends on a process of negating something that is nonsensical to it: an Other that falls outside a particular discourse's grid of intelligibility and that many even come to disturb that grid, to challenge a given discourse's way of ordering (Saco, 2002, p. 13).

Nos pressupostos do ideólogo da sociedade disciplinar, as práticas sociais não se caracterizam como discurso, apenas as palavras e as idéias. Já para Saco, os espaços sociais e as identidades são socialmente produzidos. A moderna identidade do público é uma construção mediada (Saco, 2002, p. 64). Então, resta saber, como a tecnologia contribui para a construção de novos tipos de espaços e identidades (Saco, 2002, p. 37).

A análise da autora considera o ciberespaço como um espaço social, que traz consigo um incomensurável fenômeno, além de “implicações heterotópicas” do espaço físico em torno de si. A mistura entre o institucional e individual *linkados* na rede, do global e do local em conexão, cria contradições ao mesmo tempo positivas, como por exemplo, para o ativismo democrático, e negativas para as novas formas de controle e vigilância governamental. Também a ambigüidade existente entre visibilidade/invisibilidade ou vigilância/privacidade da democracia cidadã tem engendrado diferentes políticas, como é o caso da reespecialização do ciberespaço (Saco, 2002, p. xxvii).

Saco vê a relevância dos estudos de Foucault e propõe que “Vigiar e Punir” e “O nascimento da clínica” sejam repensados, pois nos permitem refletir sobre a extrema visibilidade ou

espetacularização do corpo, que parece ressurgir com o avanço tecnológico. Para ela, esta visibilidade, agora digitalizada, é uma violência em si mesma: a violência do olhar, “‘the ultimate invasion of privacy (Rothman apud Saco, 1996, 195)’.”

Mark Poster, é outro pensador contemporâneo que entende o corpo transformado em bits como um meio de informação (Poster, 1990, 94) infinitamente reproduzível, extremamente durável e facilmente disponível (Cf. Saco, 2002, xxi). Poster vê a máquina não como instrumento do homem, mas como seu sucessor (o além homem de Nietzsche), esta seria a “*posthumanist age*”, ou a “*second media age*”:

In a most salutary way they abandon the logic of ‘reification’ that has limited critical social theory to announcing incursions of the machine into the human, to the function of gatekeeper for the modernist subject (Poster, 2001, p. 65).

A interface seria a zona limite entre máquina e homem, entre o que está conectado e o humano, entre dois mundos estranhos entre si, porém simbióticos: o cibernético e o humano. O problema é que, deste modo, ambos começam a reivindicar sua própria realidade. Saco crê serem estes os traços da moderna sociedade disciplinar: “productive techniques of freedom and social control that include, at their base, technologies of communication for the production, reproduction, ad dissemination of disciplinary knowledges” (Saco, 2002, p. xix).

Foucault pensava nas relações de poder identificando o panóptico de Bentham, em relação ao domínio e à vigilância. A visibilidade do corpo funcionava como técnica disciplinar. Hoje, os circuitos de comunicação são fundamentais para a vigilância. A Internet, como o panóptico do século XVIII, é uma avançada tecnologia de invasão da privacidade. Porém, o ciberespaço não é como qualquer outro espaço. É uma “heterotopia”. Saco esclarece: “Foucault offered, but never fully theorized, the concept of heterotopia as a countersite that challenges the normalized ordering of the spaces to which it relates” (Saco, 2002, p. xxv).

Entretanto, o termo de Foucault parece remeter a uma ambigüidade: por um lado, seria um contra-lugar, onde encontramos uma diversidade positiva, que contraria o “status quo”, por outro, assemelha-se a uma desordem, ao caos improdutivo, no qual é impossível distinguir determinadas coisas.

There Foucault establishes more explicitly that heterotopias refer to relationships between spaces inasmuch as they 'have the curious property of being in relation with all the other sites, but in such a way as to suspect, neutralize, or invert the set of relations that they happen to designate, mirror, or reflect' (24). A heterotopia, then, is a kind of in-between space of contradiction, of contestation: a space that mimics or simulates lived spaces, but that in so doing, calls those spaces we live in into question (Saco, 2002, p. 14).

Diana Saco tenta mostrar que o espaço virtual não é apenas físico, mas também mental e vivido; é um conjunto de componentes combinados; é um outro espaço, um contra-espaço de relações, interações, ações ou contra-ações; relações também entre espaços, palavras e coisas; é, nos termos de Foucault, uma "heterotopia" (Saco, 2002, p. xxv; p. 11-14). Para eles, as tecnologias são mecanismos de vigilância e disciplina do corpo:

Michael Shapiro makes the same point when he notes that "[t]he imaginative function of the critical interpreter is, in Foucault's words, 'to create a space of illusion that exposes every real space, all the sites inside of which human life is partitioned as still more illusory' (1992, 17) (Saco, 2002, p. 20).

Há uma constante vigilância *on-line* e rastreamento de imagens e dados, iniciados pelo governo norte-americano, através da NSA, sob o propósito da segurança nacional. Mensagens e telegramas que contêm determinadas palavras, frases, nomes, locais, remetentes, destinatários ou outras combinações, são rastreados por softwares (Saco, 2002, p. 110).

Poster, fundamentado na crítica de Foucault, denomina este esquema de vigilância como um Superpanóptico, no qual não há barreiras físicas, nem centralização geográfica. Requer, porém, uma categorização de atitudes humanas, conhecimento, testes, afiliações e status pessoais. Isso, obviamente, exclui a subjetividade, fazendo com que as informações coletadas em bancos de dados digam quem nos somos (Saco, 2002, p. 113).

Esta vigilância disponibiliza todas as ferramentas para a invasão de privacidade: monitoramento de dados e imagens, distribuição

de informações coletadas para uma gama de pessoas interessadas; usurpação de dados para possíveis atividades ilícitas; vigilância pelo cartão de crédito e roubo de dados (*dataveillance*), etc:

[...] computer technologies together with the distributed practices of surveillance they enable have normalized a form of social-control-through-individual-participation, which was, of course, Foucault's point in his analysis of disciplinary society (1979) (Saco, 2002, p. 112).

A declaração de privacidade nos sites (uma espécie de retratação com o visitante por estar invadindo sua privacidade) é, ela mesma, um efeito do debate da decodificação e da preocupação com a maneira pela qual a tecnologia computacional deve ser usada, secretamente, para coletar informações sobre os usuários da Internet.

Os oponentes ao programa de vigilância e decodificação de mensagens do governo, crêem que a proteção da privacidade individual promove a democracia, mas a política do sigilo, na economia, abre possibilidades à corrupção, devido ao anonimato das transações financeiras eletrônicas. Além disso, há a preocupação governamental em não conseguir arrecadar os tributos "or even cause the dissolution of the state".

Em suma, há uma ambigüidade no processo de "reespacialização" do ciberespaço, de codificação e decodificação de mensagens, de privacidade e vigilância: "its mix of visibility and invisibility" (Saco, 2002, p. 195).

Como Foucault e Bogard, Diana Saco percebe o homem como sujeito de informação, centro e objeto da vigilância tecnológica. Ambos consideram a extrema visibilidade como uma armadilha, uma ambigüidade também do ciberespaço. Tanto os internos das prisões e hospícios do século XVIII, quanto os cibernautas, são objeto de informação e não sujeito da comunicação. Aqui, parece-nos, também, que as premissas de Foucault se adaptam às relações sociais no ciberespaço. Somos todos livres internos, ou "livres prisioneiros". São os exercícios e as relações de poder em funcionamento.

Para nós, Saco consegue produzir uma crítica coerente e menos apaixonada do que a de Bogard, por exemplo, acerca do mundo tecnológico, do poder e da vigilância no ciberespaço. Suas idéias referentes às duas últimas questões assemelham-se as de Foucault, con-



tudo não reconhece, unicamente, o lado lesivo das tecnologias, Saco parece deslocar-se da análise foucaultiana, no que tange ao tema do espaço, da materialidade, do discurso e da democracia. Seguindo estes quatro pontos, seu discurso apoiaria-se mais no pensamento de Hannah Arendt e Jürgen Habermas, no entanto, não é este o lugar para mostrá-lo.

Restringindo-nos à colocação da idéia, seguimos a discussão agora trazendo as perspectivas levantadas por Andrew Shapiro que, assim como Saco, apresenta-se como um tecnorealista, portanto nem fáustico, nem prometeico. Ele consegue visualizar as deficiências da técnica tanto quanto a liberdade que ela pode trazer aos homens. Não vê a tecnologia em termos de causa e efeito, mas como um campo de interação entre técnicas e relações sociais, uma moldando a outra.

To preserve democracy, truth, and individual well-being in this uncertain age will require a renewed sense of personal responsibility and commitment to our communities, as well as a fresh approach to governance that takes into account the shifting of control from institutions to individuals. We must achieve a balance of power for the digital age – between self-interest and public interest, the market and government, personal control and shared power (Shapiro, 1999, p. xiv).

Shapiro argumenta que as novas tecnologias permitem a transferência de poder do setor público para privado (tal como Habermas pensou em relação à esfera pública burguesa e a esfera social). Dentre outras coisas, entretanto, isso mostra como a Internet pode induzir-nos a abandonar a deliberação, peça central no processo de representatividade democrática (Shapiro, 1999, p. x). O problema é que, dessa forma, as relações sociais também se extinguirão e, com isso, as trocas de conhecimento, a empatia, o *serendipity* ou encontros casuais, descobertas inusitadas e outras interações humanas.

A Net pode ser usada por governos, empregadores e usuários, para selecionar que material será recebido pelos indivíduos. Além disso, os internautas também selecionam os conteúdos a que serão expostos. Os critérios de censura e bloqueio ficam a cargo do próprio usuário. Isso é um modo de personalização, um nível de controle pessoal das experiências.

Shapiro, entretanto, pensa que este controle pessoal pode ser uma desvantagem quando mal usado, à medida que restringe os horizontes de quem o controla. Uma experiência não pode ou não deve ofuscar outra (Shapiro, 1999, p. 111).

As trocas de poder da revolução do controle podem beneficiar alguns indivíduos mais que outros. É preciso abrir, diz o autor, o diálogo e a formação de fóruns específicos de discursos, tanto quanto os encontros casuais, incluindo aí o caos cotidiano, os espaços públicos semelhante às esquinas ou pontos de encontro virtuais (Shapiro, 1999, p. 205).

Na visão de Shapiro, o indivíduo passa, aparentemente, a dominar sua própria vida: desde ações corriqueiras a transações financeiras de grande porte. A mudança está no controle das decisões. Quem escolhe que notícia ler, que veículos de comunicação ver e ouvir, e a quem dar credibilidade, são os cidadãos. Eles têm agora, a possibilidade de barrar pessoas e informações, eximir-se, também como espectador, dos protestos, crimes e violência contra os direitos humanos, filtrando a miséria, a guerra, a dor que permeia a vida e os noticiários ao redor do mundo. É absolutamente possível alienar-se à realidade externa, mesmo estando conectado à rede mundial de computadores. Se a Internet passa a ser a lente da vida (Shapiro, 1999, p. 88) então, fica claro para nós, é uma lente ou janela com alta capacidade de seleção.

A excessiva personalização das experiências desencadeia um processo de alienação, ao permitir o distanciamento do cidadão, quanto às questões sociais. Não compartilhar informações e desconhecer os gritos periféricos, pode impedir o acesso de grupos ao diálogo comum. A total liberdade de seleção priva àquelas vozes marginais da mínima oportunidade de entrar no tradicional fórum público, e isso contribui para a manutenção do “status quo”, tanto no que tange a discursos ou ideologias, quanto ao controle do mercado por grandes empresas.

If we aspire to some improved social conditions, we could do worse than the to start by creating accessible, even occasionally unavoidable, spaces in which citizens can confront one another and minds can be changed. It is not a magic bullet for society’s ills, but is better than isolation and silence (Shapiro, 1999, p. 207).

A interação é um conceito precípuo à democracia. Excessivamente ignorado, o livre dis-

curso perder-se-á no ciberespaço. Vendo isso, parece-nos o momento adequado para perguntar se, na realidade em que vivemos, há liberdade de discurso e de escolha ou somente demagogia de uma democracia que aparenta estar fragilizada? À democracia cabe assegurar que os cidadãos possam interagir e escutar as reivindicações, denúncias, protestos, antes de, automaticamente, filtrá-los de sua vida.

Neste ponto, Shapiro lembra a importância da deliberação cidadã nas matérias em votação. Entretanto, ressalta que tal tarefa é incompatível com o tempo, a energia, conhecimento, habilidade, responsabilidade e imparcialidade dos cidadãos.

De volta à questão da vigilância, estima-se que metade dos americanos esteja perfilada em, ao menos, 25 softwares de base de dados (Shapiro, 1999, p. 259). Informações como telefone e endereço residencial estão facilmente disponíveis na Net. Lembramos a premissa de Foucault segundo a qual, sem conhecer as peculiaridades de uma pessoa, é impossível controlá-la: isso explica o porquê de tantos perfis.

Com efeito, basta um pouco de conhecimento e dinheiro, para que informações como registros financeiros, o histórico de créditos e até dados médicos confidenciais, possam ser levantadas (Shapiro, 1999, p. 158). Por ironia, pelo menos do nosso ponto de vista, que não o mercantil, a sugestão dos defensores do mercado é que os consumidores barganhem suas informações e regras de uso com os vendedores. Ou seja, pagar-se-ia pela privacidade. Mais uma vez o capital é requerido. “This, in some sense, is how the Net works today. Web sites generally offer their material for free; in return, users give them personal information” (Shapiro, 1999, p. 160).

Esses esforços, diz o autor, são para dar mais controle aos indivíduos sobre suas informações antes que o governo ou indústrias as regulem. “Such a goal is certainly consistent with the control revolution”. Entretanto, deixar a proteção pessoal unicamente a cargo dos indivíduos pode ser ineficiente (Shapiro, 1999, p. 161). A real liberdade requer moderação e um saudável senso de limites: uma mistura entre poder individual e autoridade do Estado (Shapiro, 1999, p. 231).

A personalização é um dos componentes da revolução do controle. O desejo de personalizar experiências é tão básico, que muitos homens anseiam por controlar: relações de força e poder antes proferidas por Foucault.

A preocupação com a vigilância na socie-

dade atual se deve à invasão do espaço íntimo. A Internet é pensada pelos teóricos acima estudados não pelo viés tecnológico em si, mas em relação às mudanças sociais sofridas pela humanidade no decorrer dos últimos séculos.

Com a revolução tecnocomunicacional o indivíduo ganhou autonomia. É capaz de fazer transações econômicas, como comprar e vender ações, acompanhar o andamento da bolsa de valores, ao vivo e ininterruptamente, também procurar pessoas ou mercadorias ou localizar-se geograficamente e isso, sem o intermédio físico do outro, ou assessoramento virtual. A Internet oferece-nos uma imensidão de facilidades e oportunidades com uma velocidade satisfatória e por um custo razoavelmente baixo. Somos, aparentemente independentes, nos sentimos mais seguros por tomar decisões (o que cria a sensação de liberdade) e menos lesados pela possibilidade de controlar nossos próprios negócios. Somos seres cada vez mais individualizados em meio à multidão. Porém, uma individualidade vigiada. Estar sozinho não significa, há muito, ter privacidade, apenas seu um simulacro.

Perguntamo-nos até que ponto esta desmedida individualização é positiva. Com ela temos o isolamento, o fim das casualidades (tratadas por Shapiro), da possibilidade, mesmo que ínfima, de ouvirmos discursos marginalizados e latentes. Nós, que escolhemos quais notícias ouvir e que usamos mecanismos de filtragem, estamos certos em seguir com estas atitudes? Estamos agindo de forma justa e coerente ao selecionar pessoas e informações, sem antes perceber minimamente seu conteúdo, seu discurso, sua voz?

Além do *biopower*, que pretende criar novos seres através da manipulação genética, as tecnologias digitais controlam o indivíduo através dos seus dados médicos. O mundo é controlado por satélites e câmeras digitais, muitas instaladas onde sequer imaginamos. Rastreamento de dados via Internet, cartão de crédito ou celular, movimentações de conta bancária, códigos de barra e cruzamento de dados do imposto de renda são algumas das inúmeras possibilidades de vigilância e controle exercido por grandes corporações, pelo próprio Estado e por hackers. Nós cidadãos, muitos inocentemente, fornecemos centenas de informações pessoais por meio de simples atos corriqueiros, como fazer compras em um supermercado, ou ao usar o cartão de crédito. Enfim, somos todos objetos de informação. A origem disso está na sociedade disciplinar do século XVIII. A

diferença é que hoje, com a transvaloração da moral, nosso corpo não é mais visto como objeto de produção e sim, como potencial para o consumo. As máquinas produzem, os homens consomem. Nota-se que, tanto lá, quanto aqui, a finalidade é econômica.

Como percebemos, as premissas de Foucault podem ser confrontadas com as dos três teóricos da cibercultura aqui citados, no que se refere ao poder. Bogard e Foucault vêem a vigilância (não o poder) somente por seu viés negativo. Para eles as tecnologias são apenas ferramentas do poder, utilizadas para suprimir a liberdades e impor limites aos cidadãos. Aqui falamos em tecnologias do poder e não nas relações do poder. Estas, como vimos em Foucault, tanto reprimem quanto produzem saber e conhecimento.

Saco e Shapiro, por sua vez, encarnam um pensamento tecnorealista, mas não negam, pelo contrário, essa última idéia. Para eles, nas tecnologias da informação também se desenvolvem potenciais emancipatórios em termos de saber e liberdade. Discordam, porém, de Bogard e Foucault, quanto à tecnofobia destes. Permite-se visualizar o manancial de oportunidades oferecidas aos indivíduos e às relações sociais com o acelerado avanço da tecnologia comunicacional: contudo, ambos constatam e reconhecem o perigo das excessivas vigilância e personalização nas sociedades atuais.

As dúvidas são insolúveis também para os pensadores do ciberespaço, no que se refere à liberdade individual: ainda temos possibilidade de escolha e de discurso, como prevêem os Direitos Humanos e como querem os tecnófilos? O mercado virtual de produtos e bens permite-nos fazer escolhas? As vozes periféricas são ouvidas no mundo virtual? Esse novo espaço favorece ou prejudica os discursos heterogêneos? Da mesma forma nós permanecemos sem estas respostas. O importante, no entanto, são as reflexões acerca da sociedade tecnocrata.

O poder e o controle nas sociedades telemáticas são cada vez mais disputados por organizações que dela participam. Os pensadores do ciberespaço nos dizem isso, o que já havia, em outras circunstâncias, mostrado Foucault. Como vimos, sociedade disciplinar foi superada pela sociedade de controle e a “coleira eletrônica” só tende a se fortalecer com o avanço tecnológico. Da mesma forma, será esta sociedade telemática, de hiper-vigilância e hiper-controle, como diria Bogard, suplantada por outra, se é que já não o foi

pela simulação. Resta-nos saber que perigos se intensificarão e que tipo de benefícios aparentes virão à tona com o novo modelo de sociedade.

NOTAS

* Mestranda pelo PPGCOM/PUCRS.

¹ “É fácil fazer corresponder a cada sociedade certos tipos de máquina, não porque as máquinas sejam determinantes, mas porque elas exprimem as formas capazes de lhes darem nascimento e utilizá-las. As antigas sociedades de soberania manejavam máquinas simples [...]; mas as sociedades disciplinares recentes tinham por equipamento máquinas energéticas [...]; as sociedades de controle operam por máquinas de uma terceira espécie, máquinas de informática e computadores, cujo perigo passivo é a interferência, e, o ativo, a pirataria e a introdução de vírus. Não é uma evolução tecnológica sem ser, mais profundamente, uma mutação do capitalismo” (Deleuze, 1992, p. 223).

REFERÊNCIAS

ARENDRT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

BORGARD, William. **The simulation of surveillance – hypercontrol in telematic societies**. New York, Cambridge University Press, 1996.

DELEUZE, Gilles. **Conversações, 1972 – 1990**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

POSTER, Mark. **The information subject – Critical voices in art, theory and culture**. Commentary Stanley Aronowitz. Amsterdam: G + B Arts International, 2001.

SACO, Diana. **Cybering Democracy: public space and Internet**. London: Electronic Mediations, 2002.

SHAPIRO, L. Andrew. **The control revolution: how the internet is putting individuals in charge and changing the world we know**. New York: A century foundation book, 1999.